



Índice

- 01** [Marinha oferece casas para remover quilombolas de Aratu](#)
- 02** [Acre: Abril indígena dedicado aos Kiaowá](#)
- 03** [Índios constroem casas e escolas com donativos](#)
- 04** [MPF instaura 2 ICP's para apurar descaso e omissão no provimento à saúde indígena](#)
- 05** ['A Justiça valeu', diz bispo de MT sobre desintrusão de terra indígena](#)
- 06** [Convênio garante moradias a famílias quilombolas no RS](#)
- 07** [Descendentes dos índios Potiguaras podem perder terras no litoral do RN](#)
- 08** [Temporal destelha casas e deixa 12 feridos em reserva indígena no RS](#)
- 09** [Comissão Rondon: um olhar sobre a cultura indígena no Brasil](#)
- 10** [Índios são presos por garimpo na Estação Ecológica de Maracá em RR](#)
- 11** [Índios bloqueiam estradas e cobram 'pedágio'](#)
- 12** [Índios insatisfeitos com remoção fazem feira-protesto no Rio](#)
- 13** [Caravana da Juventude Quilombola movimenta 3 mil pessoas em Oeiras](#)
- 14** [Polícia Militar desarticula suposta Quadrilha de ciganos que atuava em assaltos](#)
- 15** [França começa a expulsar ciganos](#)



Marinha oferece casas para remover quilombolas de Aratu

SÍTIO CORREIO24HORAS, 07.04.2013

Posseiros: aqueles que se encontram na posse clandestina ou ilegítima de terras particulares. Quilombolas: comunidade descendente de africanos escravizados que mantêm tradições culturais ao longo dos séculos.

Essa poderia ser uma discussão semântica, se não fosse uma briga judicial que vai completar quatro anos entre a Marinha do Brasil e moradores do local que ficou conhecido com quilombo Rio dos Macacos, município de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador.

Disposta a ceder um terreno de 210 mil m² e investir mais de R\$ 3 milhões, a União pretende resolver de forma amigável o impasse, deixando de lado as convicções de órgãos federais: para a Marinha trata-se de posseiros; para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública da União (MPU), aquela é uma comunidade remanescente de quilombo.

A proposta é: toda a comunidade, que hoje, segundo levantamento da Justiça ocupa uma área de 59 mil m² (o equivalente a 5 campos de futebol) da área total de 3 milhões m² de propriedade da Marinha (277 campos de futebol), seria deslocada para um trecho do terreno que fica a cerca de 500 metros de onde hoje eles moram.

Segundo o documento a que o CORREIO teve acesso, assinado pelo chefe da Assessoria Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, Diogo de Sant'Ana, pela proposta 210 mil m² da área da Marinha passam a ser dos moradores. Cada família receberá um lote de 300 m² e uma casa construída pela própria Marinha, além da inclusão no programa Brasil Quilombola.a



Acre: Abril indígena dedicado aos Kiaowá

SÍTIO PRAVDA 07.04.2013

Abril indígena do Acre será dedicado aos Kaiowá, com lançamento de livro, disponibilização de artigos e debate...

Organizado pelo COMIN (Conselho de Missão entre os Índios), o Abril Indígena do Acre de 2013 será dedicado aos Kaiowá, começando pelo lançamento de uma bela publicação sobre eles, organizada por Cledes Markus com tiragem de 35 mil exemplares. O livro se divide em duas partes - uma dedicada a adultos e outra a crianças/estudantes -, e pode também ser baixado clicando no seu título: "KAIOWÁ: Um povo que caminha".

Ainda sobre os Kaiowá, estão disponibilizados dois artigos de Graciela Chamorro, professora de História Indígena na Universidade Federal da Grande Dourados: "Imagens espaciais utópicas: Símbolos de liberdade e desterro nos povos guarani", sobre aspectos da mobilidade indígena, e "Rezar com os pés: Uma experiência teológica do espaço". Outros documentos podem ser baixados diretamente do site do COMIN.

No dia 12 de abril, às 19 horas, haverá um debate sobre "Financeirização da natureza e espoliação dos territórios indígenas e camponeses na Amazônia". O evento será no Anfiteatro Garibaldi Brasil, da Universidade Federal do Acre, e dele participarão representantes da FEPHAC (Federação do Povo Hunikuin do Acre); do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Xapuri; da Regional Amazônica do CIMI; e do CFCH/UFAC (Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre). A entrada será aberta ao público.



Índios constroem casas e escolas com donativos

SÍTIO TOP, 07.04.2013

A comunidade indígena Caingangues, que habita no Morro do Osso (Brasil), tem realizado «grandes avanços» desde que se instalou nesse espaço, em 2004. Desde essa altura, a povoação tem vindo a receber apoio financeiro da Cáritas de Rio Grande do Sul (RS), o que tem permitido a construção de novas casas naquele espaço.

Para tomarem conhecimento da realidade vivida no local, membros da Cáritas RS visitaram a comunidade na última semana acompanhados pelo líder indígena Valdomiro She Vergueiro. Segundo este responsável, o apoio financeiro foi essencial para que as primeiras casas fossem construídas. «A Cáritas foi a primeira entidade que nos ajudou, quando ainda vivíamos em barracas», afirmou.

«Naquela época tínhamos medo de ser expulsos a qualquer momento, pois as tendas davam-nos muita insegurança. Parecia algo muito provisório», explicou, citado pelos serviços de comunicação da Cáritas RS. «Hoje estamos a crescer. O posto de saúde está quase pronto, e uma escola virá logo em seguida, o que vai fazer a comunidade muito mais feliz, pois teremos médicos e professores para cuidar das pessoas que moram aqui», sublinhou. Atualmente, a comunidade é composta por 42 famílias que vivem essencialmente da produção de artesanato e trabalhos pontuais, como por exemplo a construção civil.



MPF instaura 2 ICP's para apurar descaso e omissão no provimento à saúde indígena
SÍTIO CIMI, 07.04.2013

O Ministério Público Federal no Tocantins, por intermédio da Procuradoria da República no Município de Araguaína (PRM-Araguaína), instaurou dois inquéritos civis públicos que buscam solucionar os diversos problemas no provimento de saúde às etnias indígenas do estado. Ambos estão embasados em graves informações que chegaram à PRM-Araguaína que demonstram falta de capacidade gerencial da Secretaria Especial de Saúde Indígena no Tocantins (Sesai) e sua titular no estado, Ivaneizília Ferreira Noletto.

Um dos inquéritos tem como objeto o tratamento de água para evitar diarreias, construção de poços artesianos nas aldeias, transporte para enfermos, melhoria de estradas e vistoria em instalações elétricas e bombas de água. Tais medidas devem evitar a ocorrência de novos casos da doença entre as crianças indígenas apinajé. O outro inquérito busca solução para a questão da contratação de motoristas responsáveis pelo transporte de índios enfermos, falta de barcos e motores para transporte de pacientes e ausência de material médico nas aldeias krahô. "A morosidade para a solução de pequenos problemas, que acabam se tornando graves com o passar do tempo, revela que não há empenho ou capacidade por parte da atual gestão em efetivamente resolver os casos", aponta o procurador da República João Raphael Lima, que tem participado de audiências com os índios para busca de soluções.

As informações sobre a precária condição da saúde prestada aos índios do Tocantins são trazidas ao MPF diretamente pelos índios, pela Funai e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Documento das lideranças apinajé e krahô encaminhados à PRM-Araguaína por intermédio da Funai apontam que as diversas manifestações pela melhoria das condições de atendimento à saúde não surtiram efeito, embora se acumulem denúncias, audiências públicas e tentativas de articulação com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/TO), coordenado por Ivaneizília.

Em termos estruturais, os índios denunciam número insuficiente de carros e voadeiras para transporte de pacientes, sucateamento dos postos de saúde, falta de medicamentos, inexistência de médicos nos quadros do DSEI/Sesai, inexistência de programas básicos de saúde e péssimas condições das estradas. Em termos administrativos, são denunciados casos de nepotismo na contratação de funcionários, ausência de fiscalização nos contratos de fornecimento de alimentação e hospedagem aos pacientes que se utilizam da Casa de Apoio ao Indígena (Casai) em Araguaína. Entre as diversas reivindicações apresentadas, os índios requerem a substituição da gestora, a quem atribuem descaso com as solicitações e ausência de diálogo com os índios.

Já por intermédio do Cimi, há denúncias que o atendimento à saúde indígena piorou depois que passou a ser provido pela Sesai, e que o descaso com dos gestores está comprometendo o atendimento e colocando em risco a vida dos pacientes. Segundo o Cimi, há dez crianças apinajé internadas em Tocantinópolis com febre e outros sintomas de viroses que podem ser evitados com os remédios da farmácia básica. As remoções de pacientes, que deveriam ser feitas pela Sesai, são provisoriamente feitas por veículos da Funai nos casos mais graves, além de outras situações atribuídas à má gestão da Sesai.



'A Justiça valeu', diz bispo de MT sobre desintrusão de terra indígena

SÍTIO G1, 06.04.2013

O bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, mostrou-se satisfeito com a entrega oficial da terra indígena de Marãiwatsédé, no nordeste de Mato Grosso, à etnia xavante nesta sexta-feira (5). Após 20 anos de conflito entre produtores rurais, índios e União, o dia foi marcado pela solenidade em que o ministro Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência da República, transferiu definitivamente a posse dos 165 mil hectares aos ocupantes originais.

"Pelo menos nessa hora a Justiça valeu", declarou Casaldáliga, hoje com 85 anos idade, ao G1. Mesmo com a voz vacilante, os sintomas do mal de Parkinson e o cansaço após um dia cheio de compromissos da Prelazia com autoridades indigenistas e do governo federal, o catalão retomou sua posição de defesa dos direitos dos povos indígenas que tanta insegurança lhe causou durante o processo de desintrusão de Marãiwatsédé, entre dezembro de 2012 e janeiro deste ano.

Durante o processo, no qual forças policiais nacionais cumpriram mandados judiciais de despejo contra a verdadeira cidade formada sobre a terra indígena, Casaldáliga chegou a sofrer ameaças de morte e precisou se retirar da região por um período. Tudo por conta de seu apoio histórico à causa indígena e de outras minorias.

A Polícia Federal precisou instaurar inquérito para investigar os autores das ameaças. Hoje, o sacerdote está muito mais tranquilo, segundo o padre Paulo Santos, que vive e auxilia o bispo em São Félix do Araguaia. Isso porque as ameaças cessaram e a Força Nacional de Segurança permanece trabalhando na região, explicou o padre.

Para o bispo emérito, o caso da desintrusão de Marãiwatsédé não só cumpriu o compromisso do governo com a justiça para com o povo xavante. Análise elaborada sobre o processo de desintrusão por Casaldáliga e os demais membros da Prelazia sugere ao governo federal que a conduta adotada para conduzir a situação delicada em Marãiwatsédé se torne modelo, exemplo para demais casos de atuação da política indigenista nacional.

O relatório produzido pela Prelazia foi oficialmente entregue ao ministro Gilberto Carvalho nesta sexta-feira pelo bispo efetivo da região, Dom Adriano. A ocasião também contou com a presença de representantes do Ministério da Justiça, da Fundação Nacional do Índio, do Ministério Público Federal e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.



Convênio garante moradias a famílias quilombolas no RS

SÍTIO VERMELHO, 07.04.2013

Um convênio entre a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos e o governo do Rio Grande do Sul será assinado neste sábado (6) pelo governador Tarso Genro e o secretário da Habitação e Saneamento, Marcel Frison, garantindo a construção de 158 unidades habitacionais. Elas serão destinadas a comunidades quilombolas da região sul. A solenidade ocorrerá no Quilombo Porteiro Grande, em Canguçu.

A iniciativa é uma ação transversal das secretarias de Habitação e Saneamento (Sehabs), de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) e Casa Civil, por meio dos programas RS Mais Igual – Povos Tradicionais Quilombolas, juntamente com a Emater. A maior parte do investimento na execução das obras é oriundo do Programa Minha Casa, Minha Vida, através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

As moradias serão construídas em comunidades no interior de seis municípios: Aceguá (13), Canguçu (13), Pedras Altas (25), Pelotas (53), Piratini (44) e São Lourenço do Sul (10). As casas têm 40,28 metros quadrados e seis peças. O prazo de entrega dos imóveis está estimado em 18 meses a partir da assinatura do convênio.



Boletim de Notícias - Edição nº 056 / 2013

Brasília, 08 de abril de 2013.

Descendentes dos índios Potiguaras podem perder terras no litoral do RN

SÍTIO G1, 07.04.2013

Na Praia de Sagi em Baía Formosa, a 101 quilômetros de Natal, está localizada a Fazenda Pituba, lar dos descendentes dos Índios Potiguaras que batizaram o local de aldeia Sagi-Trabanda. São 75 hectares de paisagem natural, onde atualmente vivem 43 famílias. Mas a tribo corre o risco de ser retirada do local, já que um empresário moveu uma ação de reintegração de posse, afirmando ter comprado da área. A Justiça deu ganho de causa ao empresário, uma vez que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não confirmou a presença de índios nas terras em questão.

Esta notícia possui recursos multimídia. [Clique aqui.](#)



Temporal destelha casas e deixa 12 feridos em reserva indígena no RS

SÍTIO TERRA, 07.04.2013

O temporal que atingiu o Rio Grande do Sul na quinta-feira deixou ao menos 12 feridos e 200 desabrigados em uma reserva indígena no município de Redentora, no noroeste do Estado. Segundo a Defesa Civil, 15 casas foram completamente destruídas pelo forte vento provocado pela tempestade na tarde de ontem, e outras 45 residências foram danificadas.

De acordo com o sargento Lauro Brito Lopes, coordenador regional de Defesa Civil de Santo Ângelo, entre os feridos está uma menina indígena que sofreu fraturas nas duas pernas. Ela está internada no hospital de Frederico Westphalen, em estado regular. Os desabrigados foram levados a um ginásio da prefeitura de Redentora.



Boletim de Notícias - Edição nº 056 / 2013

Brasília, 08 de abril de 2013.

Comissão Rondon: um olhar sobre a cultura indígena no Brasil

SÍTIO VERMELHO, 07.04.2013

Em 1912, Cândido Rondon teve como missão construir uma linha telegráfica entre Cuiabá (MT) e Santo Antônio do Madeira (RO). Durante a incursão pelo interior do Brasil, pesquisadores documentaram, inclusive em filmes, a cultura indígena, a fauna e a flora. Esse esforço ajudou a institucionalizar a pesquisa científica no Brasil.

Esta notícia possui recursos multimídia. [Clique aqui.](#)



Índios são presos por garimpo na Estação Ecológica de Maracá em RR
SÍTIO G1, 07.04.2013

Seis pessoas, dentre elas quatro índios Yanomami com idades entre 20 e 44 anos, foram presas em flagrante durante ação de combate ao garimpo na Estação Ecológica de Maracá (ESEC Maracá), localizada no médio rio Uraricoera, entre os municípios de Alto Alegre e Amajari. O grupo foi encaminhado neste domingo (7) para a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo depois de serem ouvidos na sede da Polícia Federal (PF).

Distante aproximadamente 135 quilômetros de Boa Vista, a ESEC Maracá está inserida no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) desde 2005. A unidade de proteção ambiental possui área total de 103.976,48 hectares é formada por um arquipélago fluvial com mais de duzentas ilhas e ilhotas.

A ação conjunta entre PF, Comando de Policiamento do Interior (CPI), por meio da Companhia Independente de Policiamento Ambiental (Cipa) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de conservação federais, teve início na sexta-feira (5).

Segundo informações do comandante da Cipa, major Charles Matos, pelo menos trinta pessoas foram encontradas garimpando na calha do rio Uraricoera, dentro da ESEC Maracá. Com a chegada da polícia alguns fugiram.

Com os suspeitos, foram apreendidas 50 gramas de cocaína, arma de fogo, munição, combustível, motores de polpa e materiais de garimpo. O material foi trazido para Boa Vista em três caminhonetes e entregues na PF.

O comando do CPI, tenente-coronel Egberto Lima, informou que ações conjuntas de combate a crimes ambientais entre órgãos estaduais e federais tem sido constantes. "Essa parceria tem sido importante, pois podemos ter maior amplitude de ação e não só efetuar a prisão de brancos, como apreender indígenas que estejam contribuindo para a degradação do meio ambiente", destaca.



Índios bloqueiam estradas e cobram 'pedágio'

SÍTIO INTERJORNAL, 07.04.2013

Arco e flecha em punho e cara de poucos amigos. Os bloqueios indígenas em estradas têm se tornado mais frequentes e ousados.

No trajeto de entrega das flores, caminhoneiros relataram ter passado por um "pedágio" como esse no trecho entre Barra do Corda (MA) e Teresina (PI).

A Abcam (Associação Brasileira dos Caminhoneiros) identificou na semana passada ao menos quatro localidades onde os "pedágios indígenas" se tornaram rotineiros e, por vezes, violentos. Segundo a entidade, a prática tem sido tolerada pelo Estado.

A cobrança também tem se sofisticado, com a criação de tabelas de preço para cada tipo de veículo. Caminhões pagam entre R\$ 30 e R\$ 40; carros de passeio, R\$ 20, e motos, R\$ 10, diz a associação.

Na BR-070, entre Barra do Garças e Primavera do Leste (MT), xavantes, da aldeia Sangradouro, bloqueiam estradas e cobram pedágio para permitir a passagem de carga.

Casos de saque a cargas sobre caminhões quebrados ou acidentados também são comuns, relata a Abcam.

Na rodovia estadual MT-35, membros da Associação Waymarés, entidade que congrega 20 etnias, organizam cobranças de pedágio num trecho de 60 quilômetros.

Além de caminhoneiros, motoristas de ônibus, veículos e motoqueiros só passam se pagar. O bloqueio da estrada é de conhecimento das autoridades, informa a Abcam.

Outra região em que o pedágio já foi até anunciado fica na BR-117, rodovia que dá acesso ao município de Boca do Acre (AM). Ali, índios da etnia apurinã avisaram que cobrarão pedágio em junho.

Instalados às margens da BR-226, entre Barra do Corda (MA) e Teresina (PI), índios Guajajaras usam até armas para intimidar os motoristas, segundo a associação.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) informa que a apuração de saques a cargas e atos violentos contra motoristas cabe às forças policiais e que não tem atribuição para intervir em ações como essas. Nega apoio a qualquer bloqueio em vias com o objetivo de cobrar dinheiro e afirma que "procura conscientizar" os índios sobre a gravidade desse tipo de ação.



Índios insatisfeitos com remoção fazem feira-protesto no Rio SÍTIO INTERJORNAL, 07.04.2013

Parte dos índios que foram removidos no final de março do antigo Museu do Índio, local conhecido com Aldeia Maracanã por estar próxima ao famoso estádio, voltaram no final da tarde de hoje (7) para fazer um protesto pacífico no local.

De acordo com a Polícia Militar, por volta das 17h, cerca de 40 índios instalaram uma feira de artesanato em frente à ex-Aldeia Maracanã. O 4º Batalhão enviou duas viaturas para garantir a tranquilidade e evitar uma nova invasão no prédio, que segundo o governo estadual será transformado em um museu olímpico.

De acordo com o ex-presidente da Associação da Aldeia Maracanã, Afonso Apurinã, o movimento de ocupação do antigo Museu do Índio se dividiu após a expulsão, no final de março. Parte dos índios que se recusou a ir para o alojamento em Jacarepaguá, em uma antiga colônia de tratamento da hanseníase, onde Apurinã está morando.

"Uma parte aceitou e outra não, continuam lutando, e resolveram fazer um protesto hoje com essa feira de artesanato, mas sem briga", disse Apurinã à Folha.

Ele disse não acreditar que os índios tentarão invadir novamente o prédio, até porque o aparato policial foi reforçado hoje para evitar novas invasões.

Segundo Apurinã, as condições fornecidas pelo governo aos índios que aceitaram ir para Jacarepaguá ainda são precárias e a alimentação se restringe a arroz e feijão. "Nós damos nosso jeito e compramos mistura, mas o governo só está mandando o básico".

Dias após a expulsão, o juiz Renato Cesar Pessanha de Souza, da 8ª Vara Federal, determinou o prazo de 24 horas para o que a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social melhore as condições de moradia dos índios em Jacarepaguá, fornecendo proteína "que contemple as proteínas necessárias ao bom funcionamento do organismo humano".

A aldeia Maracanã foi desocupada na manhã do dia 22, com a presença Batalhão de Choque da Polícia Militar. As crianças e idosos já tinham sido retirados pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos quando a polícia invadiu o local. Sete manifestantes foram presos.

Homens do Choque empurraram os índios para fora na propriedade. Eles também usaram spray de gás pimenta e bombas de efeito moral. O coronel Frederico Caldas, relações públicas da PM, informou que 200 policiais participaram da ação, entre homens do Bope, do Batalhão de Choque e do 4º Batalhão da PM.

Durante a invasão da polícia, manifestantes fecharam uma pista da Radial Oeste, no sentido leste. Quatro bombas de efeito moral foram detonadas para dispersar os manifestantes que ocupavam a avenida. Um índio ficou ferido e precisou de atendimento médico.



Caravana da Juventude Quilombola movimenta 3 mil pessoas em Oeiras

SÍTIO GP1, 07.04.2013

Encerrou neste domingo (7), em Oeiras, a Caravana Social da Juventude Quilombola. O evento, realizado em parceria entre a Coordenadoria Estadual da Juventude, Secretaria Estadual da Assistência Social e Cidadania, SASC, a Prefeitura Municipal de Oeiras e o Grupo Cultural Coisa de Nêgo iniciou na última sexta-feira, mobilizou cerca de 3 mil pessoas que participaram de oficinas de dança, percussão, vestuário, serigrafia e apresentações culturais na Praça da Matriz.

De acordo com Gilvano Quadros, da Sasc, o evento atendeu as expectativas dos organizadores, na medida em que promoveu a reunião de grupos quilombolas da região e movimentou talentos que precisavam ser despertados. "É gratificante ver que todas essas pessoas, tanto os que participaram das oficinas, palestras quanto a própria população que veio prestigiar o evento saíram com outra ideia acerca dos valores culturais, tivemos pessoas emocionadas em se verem tão belas, resultado do que aprenderam na oficina mas também do que ouviu sobre seus próprios valores".

Para o coordenador estadual da juventude, Plínio Dumont, a Caravana cumpriu seu objetivo que foi melhorar a autoestima da população quilombola, mas foi mais além, trouxe pra cidade a cultura e costumes que geralmente só são encontrados nos próprios quilombos. "É proposital e importante pra nós que esses eventos sejam realizados nas cidades, primeiro por que oferece uma estrutura, mas principalmente para mostra na cidade, para o povo que mora na cidade, as manifestações culturais que sobrevivem nos quilombos e essa mistura e socialização do conhecimento cultura é fundamental para o fortalecimento e respeito dos valores que temos" avalia.

Durante a solenidade de encerramento os alunos que participaram das oficinas. Apresentaram camisetas pintadas, percussão, também foi realizado um desfile com figurinos desenvolvidos pelos próprios participantes durante as aulas. Cerca de 300 pessoas participaram diretamente do evento, inseridas nas oficinas e todas receberam os certificados.



Boletim de Notícias - Edição nº 056 / 2013

Brasília, 08 de abril de 2013.

Polícia Militar desarticula suposta Quadrilha de ciganos que atuava em assaltos
SÍTIO 180GRAUS, 07.04.2013

A Polícia Militar da 4ª CIA independente de Chapadinha, sob o comando do Major Edvaldo Mesquita, estava realizando uma ronda Policial que tinha a frente da operação o Sargento Freitas, que por volta das 10:30 da manhã de hoje, 05, abordaram um veículo Volksvagem de cor Vermelha próximo ao posto vemasa com 08 elementos dentro do carro. Onde foi desarticulada uma possível Quadrilha de ciganos assaltantes.

A Polícia na hora da abordagem pediu que os elementos descessem do carro para uma vistoria no veículo, e dois elementos fugiram correndo e os outros 06 foram presos no local.



França começa a expulsar ciganos

SÍTIO DN, 07.04.2013

Os primeiros ciganos romenos que viviam nos acampamentos ilegais que o Governo francês mandou dismantelar nas últimas semanas vão ser expulsos hoje, conforme anunciou o ministro do Interior, Brice Hortefeaux, apesar de uma chuva de críticas da esquerda, dos media, da ONU, da Comissão Europeia e das autoridades de Bucareste e de Sofia.

79 ciganos de origem romena vão partir no voo de hoje, 136 serão reconduzidos na sexta-feira e 160 no próximo dia 26, confirmou o secretário de Estado para a integração da minoria cigana da Roménia, Valentin Mocanu, ontem citado pela AFP. Paris indicou que pretende expulsar até final do mês 700 ciganos romenos e búlgaros que viviam de forma irregular nos 51 acampamentos dismantelados em território francês.

O número de ciganos em França está estimado em 15 mil, mas nem todos são legais. Apesar de membros da União Europeia, um espaço em que existe livre circulação, como ontem lembrou Bruxelas, romenos e búlgaros estão abrangidos por um acordo transitório que os impede de permanecer mais de três meses em território francês caso não tenham aí qualquer actividade. As regras para entrarem no mercado de trabalho são também rígidas. A França alega, por isso, que não está a cometer nenhuma ilegalidade.

"As medidas decididas pelas autoridades francesas estão em plena conformidade com as regras europeias e não constituem nenhum atentado à liberdade de circulação dos cidadãos da UE", disse, à AFP o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, Bernard Valero, lembrando que o mais importante é a Comissão Europeia "apoiar os programas de reintegração" dos ciganos nos seus países de origem. E sublinhou a existência de uma directiva que permite a um Estado da UE "restringir a livre circulação por razões de ordem pública, de segurança ou de saúde pública".

Na origem do dismantelamento dos acampamentos e das expulsões "quase imediatas" estão os tumultos provocados pelos ciganos em Julho no centro de França, depois de um polícia ter matado um jovem cigano de 22 anos que não parou numa operação stop. Armados de machados e barras de ferro, os ciganos derrubaram árvores, semáforos, incendiaram carros, atacaram uma padaria e uma esquadra de polícia. Habitantes de alguns dos acampamentos mais antigos, como o de Hanul, que já teria uma década, estão a ser auxiliados por autarquias de esquerda, que classificam de "racismo de Estado" o plano securitário do Governo de Nicolas Sarkozy. O Presidente sugeriu mesmo retirar a nacionalidade francesa a pessoas de origem estrangeira que atentem contra as forças de segurança.